

O TEMPO (BH) • 31 DE JANEIRO DE 2011

O TEMPO

R\$ 1,00 (outros Estados R\$ 2,00) - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 15 - Número 5.160 - Segunda-feira, 31/1/2011

Política

O TEMPO Belo Horizonte
SEGUNDA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2011 | 5

Escasso. Algumas comarcas estão desde 2003 sem um titular e só têm audiências uma vez por semana

Fóruns estão sem nenhum juiz em 37 cidades mineiras

Segundo a Amagis, MG precisa de 1.000 magistrados para atender a demanda

■ **MATHEUS JASPER NANGINO**

Se a Justiça no Brasil é lenta, em alguns municípios de Minas Gerais ela é ainda mais devagar. Na verdade, quase parando. Ao todo, 17 das 296 comarcas de Minas Gerais estão sem um juiz permanente, a maioria delas esperando há mais de cinco anos por um magistrado. Isso significa 37 cidades sem atendimento de um juiz fixo. Todos os processos correm nestes municípios dependem da agilidade de um juiz colaborador, sai de outra cidade para atender a demanda. Se somadas às comarcas em que falta juiz em menos uma vara, o número aumenta para 45, 15% do total de comarcas.

Em Belo Vale – cidade com cerca de 7.500 habitantes, localizada na região Central do Estado –, 2.000 processos se acumulam sem prazo para ter uma decisão final. Desde 2003, a cidade está sem um juiz permanente. Toda a estrutura de uma comarca normal está montada, mas o juiz da cidade vizinha só atende uma vez por mês no fórum da cidade.

A situação se repete em outras regiões do Estado.

Em Rio Novo, na Zona da Mata, os processos também se acumulam por falta de um juiz permanente. Desde 2004, a comarca é atendida por um juiz colaborador. “Não é por falta da gente reclamar. Já falamos na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), já reclamamos com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nada adiantou”, revela um servidor do Fórum de Rio Novo.

Para a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), para que a celeridade da Justiça chegasse perto do desejável, seria preciso duplicar o número de juízes, ou seja, contratar cerca de

1.000 novos magistrados.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, afirma que há um impedimento financeiro para investir mais na contratação de novos magistrados por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pela legislação, o Estado só pode gastar 6% do orçamento com o custeio do Judiciário. Isso envolve pagamento de servidores, manutenção das comarcas e investimentos. Segundo a Amagis, o orçamento do TJMG para 2011 gira em torno de R\$ 2,7 bilhões. “Não existe dinheiro suficiente para implementar o necessário”, disse o magistrado.

Onde as cadeiras estão vazias

Problema. Em 17 comarcas de Minas, o juiz só é visto uma vez por semana:

➤ Senador Firmino (Zona da Mata) e Carmo da Mata (Centro-Oeste) estão sem juiz titular desde 2003.

➤ Em Passa Tempo (no Centro-Oeste), não há um magistrado permanente desde o ano de 2005.

➤ Itumirim (Sul de Minas) passa pela mesma situação há mais de dois anos.

Grandes cidades. Os municípios pequenos não são os únicos que sofrem com o problema da falta de juízes:

➤ Ironicamente, em Juiz de Fora (Zona da Mata), por exemplo, que tem 520 mil habitantes, a 5ª Vara Civil e a 3ª Vara Criminal ficam a cargo de colaboradores.

➤ Em Contagem (região metropolitana da capital) e Uberaba (Triângulo) também faltam dois juízes.

Problema Justiça não acompanha aumento da demanda

➤ A falta de juízes em algumas cidades de Minas Gerais pode ser explicada, segundo especialistas ouvidos por **O TEMPO**, pelo aumento da demanda da população pelos serviços do Poder Judiciário. Enquanto os processos foram se multiplicando, a infraestrutura e os investimentos em pessoal dentro dos quadros do Judiciário não acompanharam o avanço.

“O crescimento do Poder Judiciário não aumentou na mesma proporção da demanda que há por ele”, argumentou o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra. Atualmente, em Minas Gerais a Justiça conta com 20 mil servidores, entre ati-

vos e inativos. Cerca de 1.000 são juízes. Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existe atualmente, no Estado, um juiz para cada 20 mil habitantes. Na avaliação da Associação dos Magistrados, esse número deveria ser de um magistrado para cada 10 mil cidadãos, como acontece na Argentina, por exemplo.

TRANSTORNOS. Entretanto, ainda de acordo com o presidente da Amagis, Bruno Terra, há outros problemas que impedem a celeridade da Justiça no Brasil. “Parte do problema está ligada à legislação processual, em que o juiz é obrigado a tratar individualmente um problema que a maioria das vezes é de massa. Na verdade, trabalhamos como artesãos enquanto a demanda é industrial”, comparou. (MJN)



“Contratações esbarram na LRF”, diz Bruno Terra

Folha da Manhã

FOLHADAMANHA.COM.BR

SEXTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2011

Ano XXIX - Edição Número 8047 - R\$ 1,70

Associação quer reforçar segurança no Judiciário

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias, se reúne nesta sexta-feira com os juizes da

comarca de São Sebastião do Paraíso. Entre os assuntos que serão tratados estão a segurança nos fóruns e dos magistrados. PÁGINA 5A

Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2011

PÁGINA 5

GERAL

Folha da Manhã

Associação discute se

S.S.PARAÍSO – Em uma reunião agendada para a tarde de hoje, 28 de janeiro, os juizes da comarca de São Sebastião do Paraíso irão discutir a segurança nos fóruns e dos magistrados que atuam no município e cidades pertencentes à comarca. O encontro acontecerá às 16h, no Fórum Amphilóquio Campos do Amaral (Praça Comendador João Alves), no centro da cidade.

A reunião será comandada pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias. Além da violência, será discutida a permanente assistência da Amagis aos juizes em todo Estado de Minas Gerais. Durante o encontro serão discutidos

dos ainda outros temas de interesse da magistratura bem como as necessidades regionais com o objetivo de atender às demandas da classe e, consequentemente, contribuir para uma melhor prestação jurisdicional.

De acordo com o presidente da associação, com a ampliação da complexidade do próprio Poder Judiciário, após a Constituição de 1988, e, muito particularmente, nos últimos dez anos, “a Amagis sentiu a necessidade de estar presente no cotidiano dos juizes onde eles se encontram”, afirma Bruno Terra. Para o magistrado, a escalada da violência no país tem motivado a preocupação com a segurança dos fó-

runs e dos juizes.

Segundo ele, “se é certo que Minas Gerais é vanguardista na atuação de segurança pública no nosso país, também é certo que o Estado não se livrou dos problemas de segurança”. Sendo assim, garante que a Amagis tem o compromisso da criação e utilização dos meios institucionais próprios para não apenas levar à sociedade a satisfação jurisdicional que ela merece, “mas também diagnosticar as deficiências e propor soluções para que o juiz tenha condições pessoais, familiares e profissionais de realizar os atos de jurisdição sem riscos e com qualidade”, disse.

comarcas

Sul de Minas faz parte do projeto de interiorização das ações da Associação, que vem acontecendo há

Juiz ameaçada

A violência nos fóruns já foi presenciada em Paraíso. No ano de 2009, a juíza da Vara Criminal Edina Pinto foi ameaçada de morte. Segundo ela, em um depoimento à Amagis, divulgado no site da associação, a atuação da Amagis é de extrema importância nos casos de ameaças a juizes. “somente recebi atenção nas ameaças sofridas devido à intervenção da Amagis e, sobretudo, do (então) presidente Nelson Missias, que se prontificou imediatamente em exigir segurança e investigação das ameaças”, comentou.



28/01/2011 - 10h10 - Folha da Manhã

Associação discute segurança nas comarcas de São Sebastião do Paraíso

Em uma reunião agendada para a tarde de hoje, 28 de janeiro, os juizes da comarca de São Sebastião do Paraíso irão discutir a segurança nos fóruns e dos magistrados que atuam no município e cidades pertencentes à Comarca. O encontro irá acontecer às 16h, no Fórum Amphilóquio Campos do Amaral (Praça Comendador João Alves), no centro da cidade.

A reunião será comandada pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias. Além da violência, irá discutir a permanente assistência da Amagis aos juizes em todo Estado de Minas Gerais. Durante o encontro serão discutidos ainda outros temas de interesse da magistratura bem como as necessidades regionais com o objetivo de atender às demandas da classe e, consequentemente, contribuir para uma melhor prestação jurisdicional para a população.

De acordo com o presidente da associação, com a ampliação da complexidade do próprio Poder Judiciário, após a Constituição de 1988, e, muito particularmente, nos últimos dez anos, “a Amagis sentiu a necessidade de estar presente no cotidiano dos juizes onde eles se encontram”, afirma Bruno Terra. Para o magistrado, a escalada da violência no país tem motivado a preocupação com a segurança dos fóruns e dos juizes.

Presidente da Amagis fala da importância político-administrativa

"Uma verdade não pode ser negligenciada e nem pode ser esquecida". O alerta foi feito pelo presidente da Amagis, o juiz de Direito Bruno Terra Dias, ao se referir sobre o Dia dos Gerais e a sua importância político-administrativa para Minas e o Brasil. "O orgulho do povo do Norte de Minas ficou esquecido por mais de 300 anos, mas que aos poucos está sendo resgatado. Mas é necessário o engajamento de todos na divulgação que Minas começou também pelos Gerais", comentou.

O ex-reitor da Unimontes, Paulo César Gonçalves de Almeida, disse que quando esteve à frente da universidade foi levado a participar do movimento para que o Dia dos Gerais se transformasse no resgate da história do povo Catrumano. "Hoje, o Dia dos Gerais é uma realidade que precisa ser consolidada através da participação efetiva dos nossos deputados e prefeitos", destacou.

Representando o governador do estado, Antônio Anastasia, o magnífico reitor da Unimontes João dos Reis Canela disse que Minas está vivendo um momento de glória e de acreditar na evolução do povo. "Eu acredito que o governador Antonio Anastasia estaria aqui se fosse possível. Esta transferência de Minas para o Norte é importante, pois estamos prestando homenagem aos construtores do passado e às pessoas que estão ajudando a construir no presente o futuro das próximas gerações", concluiu.



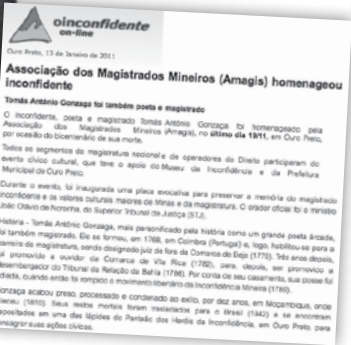
Autoridades regionais da Justiça e do Poder Executivo de Mathias Cardoso se reúnem naquela cidade

PANORAMA



O INCONFIDENTE (SITE) • 13 DE JANEIRO

Tomás Antônio Gonzaga - poeta, magistrado e filho do mineiro - tem recebido série de homenagens no ano de bicentenário da sua morte. Uma das homenagens foi promovida pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), tendo como parceiros a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e o Museu da Inconfidência. Em uma noite especial, realizada dia 19 - coincidentemente da Bandeira Nacional - foi inaugurada placa evocativa no pátio interno do Museu da Inconfidência. Diversas autoridades, representantes da magistratura nacional e operadores do Direito participaram do evento. O ministro do Superior Tribunal de Justiça-STJ, João Otávio Noronha, orador oficial do ato, ressaltou a importância do resgate da tradição e do vínculo da magistratura mineira aos ideais democrático e libertário.



Amagis e Polícia averiguam incêndio no Fórum de Taiobeiras

A Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis) está averiguando se há ligação entre o atentado e as sentenças mais recentes da juíza Marcela Oliveira Deact de Souza, da Comarca de Taiobeiras, no Norte de Minas.

A polícia daquela cidade está procurando o responsável pelo ataque incendiário ao Fórum da cidade, na noite do dia 8 de dezembro, quando a sala de audiências...

Texto publicado segunda, dia 17 de janeiro de 2011

NOTÍCIAS

Toffoli aprova controle prévio de constitucionalidade

*** POR MARÍLIA SCRIBONI

O controle prévio de constitucionalidade, adotado em Portugal, poderia ser uma boa solução para problemas enfrentados pelos brasileiros. A opinião é do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que comentou a entrevista do presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, Rui Manuel Gens de Moura Ramos, publicada pela **ConJur** neste domingo (16/1).

Toffoli chamou atenção para a parte da entrevista em que Moura Ramos diz que o presidente de Portugal, antes de sancionar uma lei aprovada pelo Parlamento, pode questioná-la na Corte Constitucional. O controle de leis antes da sanção presidencial, o chamado controle prévio, é defendido pelo ministro brasileiro em dois casos: normas tributárias e leis sobre remuneração de servidor - neste caso porque faz com que muitos aposentados ou funcionários de outras carreiras peçam equiparação.

"Estas duas espécies de leis, editadas em todos os entes da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios), são as mais questionadas quanto à constitucionalidade. Evitaríamos inúmeras ações se o STF já pudesse definir sua validade", declarou Dias Toffoli.

O ponto da entrevista, contudo, que mais causou polêmica foi a afirmação de Moura Ramos de que sociedade deve ficar do lado de fora do tribunal enquanto os julgadores formam o seu entendimento. "A sociedade não compreenderia que o juiz se afastasse do seu papel de aplicar da lei para se basear na opinião dela", disse o presidente da corte portuguesa, que ainda expressou a singularidade da experiência brasileira de transmitir pela televisão as sessões do Supremo: "A TV Justiça é uma experiência do Brasil que não critico, mas julgo que no universo europeu estamos longe disso ainda".

No Brasil, é difícil encontrar quem compartilhe a opinião de Moura Ramos. Aqui, acredita-se que a abertura dos julgamentos é uma forma de o Judiciário prestar contas com a sociedade e de se tornar mais próximo do cidadão. A publicidade dos julgamentos no país é uma conquista da democracia.

"A sociedade cobra mais que transparência. Ela quer das instituições também a responsabilidade de suas decisões políticas e jurídicas", afirma o juiz **Bruno Terra**, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros. Segundo ele, os julgamentos só podem acontecer de duas formas: ou com as portas dos tribunais abertas ou em segredo de Justiça, quando o assunto envolve segurança do Estado, por exemplo. A experiência de Justiça, quando o assunto envolve segurança do Estado, por exemplo. E encontrou em brasileira optou por torná-los todos públicos, à exceção de alguns casos. Para Terra, características canais de comunicação como a TV Justiça é um país de extensão continental, com uma do Brasil levaram à escolha. "O Brasil é um país de extensão continental, com uma população enorme. Talvez, se os julgamentos não fossem públicos, as pessoas nem ficariam sabendo o que os tribunais decidiram", explica.

...erentes realidades. "Elas ditam a natureza das nossas instituições", explica e acrescenta: "a publicidade no Brasil é importante porque viabiliza que os trabalhos do Supremo sejam conhecidos pelo cidadão. Assim, nós conseguimos conquistar nosso objetivo, que é a eficiência".

DIREITO & JUSTIÇA

O Judiciário e o pacto federativo

Tema de direito e ciências políticas, que frequenta as rodas dos debates nos poderes Executivo e Legislativo, mas pouco discutido no meio da magistratura, é o pacto federativo. Aparentemente, não se enxerga a matéria como própria à consideração dos juizes. Entretanto, trata-se de proposição inteiramente pertinente à discussão pela magistratura e de larga repercussão na estrutura do Poder Judiciário, na carreira, nas funções das corregedorias, na delimitação dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), isso numa visão primeira e sem maior aprofundamento.

Não se justifica, portanto, o pouco trato dado ao tema nos debates entre magistrados, especialmente quando temos um Supremo Tribunal Federal (STF) remisso no cumprimento de sua obrigação constitucional de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de novo Estatuto da Magistratura (dever cujo prazo de cumprimento já se esgotou há mais de 20 anos), bem como no momento em que deve ser levada a cabo a segunda etapa da reforma constitucional do Judiciário.

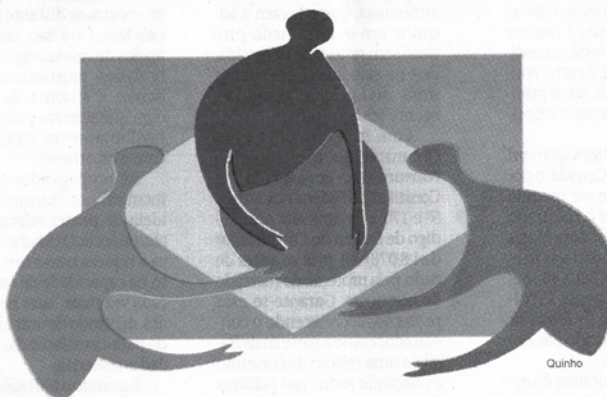
Sem discussão e amadurecimento da matéria, teremos certamente um estatuto em desacordo com os anseios e necessidades da cidadania (para obtenção de serviço judiciário de qualidade) e da magistratura de base (que legitimamente postula por democracia interna), assim como outros efeitos deletérios facilmente imagináveis na perspectiva de perda de substância das corregedorias e hipertrofia do CNJ.

Outros temas, sem maior repercussão na melhoria dos serviços judiciários, como sonha e merece a cidadania, têm ocupado espaço de discussão nos meios judiciários. Enquanto na arena de debates nos detivermos em considerações a temas não essenciais, o principal será encaminhado por acordo de lideranças



BRUNO TERRA DIAS

Juiz de direito, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)



Quinho

ASSEGURAR DEMOCRACIA INTERNA É O PRINCIPAL ENFOQUE PARA QUE OS JUÍZES NÃO TENHAM MAIS QUE SUPORTAR A ESQUIZOFRENIA DE ASSEGURAR A TODOS OS BENEFÍCIOS DA CIDADANIA, SUPOSTANDO DISCIPLINA (NÃO APENAS DE CARREIRA, MAS DE RELACIONAMENTO ENTRE OS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS) TÍPICAMENTE AUTORITÁRIA

e em conformidade com interesses outros, cujos verdadeiros patrocinadores não são muito evidentes.

Dois papéis básicos afirmam-se à primeira vista ao Poder Judiciário em face do pacto federativo: 1 – guardião, diante de possíveis violações praticadas pelos demais poderes, no controle difuso ou concentrado de constitucionalidade; 2 – cumpridor do pacto, nas relações

internas e externas. Interessam-nos, de perto, as implicações do pacto federativo nas relações internas, isto como natural preocupação com a segunda etapa da reforma constitucional do Poder Judiciário, bem como em razão da promessa de encaminhamento do anteprojeto de Novo Estatuto da Magistratura ao Congresso Nacional ainda este ano.

Na empreitada da segunda etapa de

reforma do Poder Judiciário, devemos travar um debate principiológico que assegure respeito aos órgãos judiciários da federação, observadas as prerrogativas do poder, bem como o direito de acesso da magistratura de base às instâncias decisórias dos tribunais, para que possam os juizes legitimar a investidura nos cargos diretos com o seu voto.

Assegurar democracia interna é o principal enfoque para que os juizes não tenham mais que suportar a esquizofrenia de assegurar a todos os benefícios da cidadania, suportando disciplina (não apenas de carreira, mas de relacionamento entre os órgãos judiciários) tipicamente autoritária; outras questões certamente serão debatidas, mas nenhuma com tamanha possibilidade de atendimento à cidadania, pois a necessidade de compromisso entre os órgãos dirigentes e os magistrados, em suas comarcas ou varas, implica uma disposição de conhecimento das realidades locais, o que atualmente a Constituição e a Lei Complementar 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Loman) dispensam.

Os trabalhos de substituição da anacrônica e ilegítima Loman devem encaminhar-se com lastro nos mesmos princípios fundamentais de preservação da federação e do fortalecimento da democracia, regulando o funcionamento dos tribunais e aclarando, em texto de lei, com amplo debate, os poderes e deveres do CNJ.

Não é possível mais conviver com uma legislação de índole autoritária e com um órgão de controle que se autorregulamenta, visto não haver lei que defina democraticamente seus poderes e deveres. O melhor, não necessariamente o mais cômodo, é que os magistrados assumam o protagonismo decisório de seu destino, para que não tenham de amargar as consequências de debater o não essencial e delegar o que há de mais importante a forças concentradas em Brasília.